

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.160 - SP (2019/0267278-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA**  
**ADVOGADO** : **LUIZ GUSTAVO BUENO - SP197837**  
**AGRAVADO** : **MMC MONTAGENS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **JOÃO CARLOS CARCANHOLO - SP036760**  
: **MARCUS VINICIUS SANTINI - SP351957**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS. OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE REPARAÇÃO POR PERDAS E DANOS. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO QUE PREVIA A DEVOLUÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DA AUTORA, APÓS O ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO JURIDICA. AUSÊNCIA DE PROVA DA ENTREGA DE TODOS OS BENS À AUTORA. ÔNUS QUE INCUMBIA À RÉ. AÇÃO PROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA ATUAÇÃO DERROTADA NESTA SEDE (ART. 85, §§ 8.º E 11, DO CPC).  
Apelação não provida, com determinação.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 489, § 1º, incisos III e IV, do CPC de 2015.

Diz que o julgador fundamentou, genericamente, que a documentação não comprovaria a devolução dos equipamentos. E continua:

21. O r. acórdão de fls. 338/345 afrontou o inciso III porque simplesmente fez uso de fundamentação-padrão, ou seja, aquela que pode ser utilizada nas mais variadas situações. Este cenário cria no Recorrente a sensação de que sequer teve seu Recurso lido, bem como apreciada a sua documentação, já que os fundamentos consignados pelo Prolator não respondem os argumentos recursais.

22. Ademais, o r. acórdão de fls. 338/345 também violou o inciso IV daquele artigo. O direito brasileiro, de fato, adota a técnica da fundamentação suficiente, isto é, não é obrigação do juiz enfrentar todas as alegações das partes, bastando ter um motivo suficiente para fundamentar a decisão.

[...].

25. Logo, não se pode admitir fundamentação genérica sobre documentos

essenciais, vale dizer, que podem infirmar a conclusão adotada pelo julgador, sobretudo porque, no caso sob julgamento, os mesmos demonstram a retirada dos maquinários pela própria Recorrida, a qual, acrescenta-se, assinou a documentação. A violação ao art. 489, §1º, incisos III e IV do Código de Processo Civil é cristalina.

É o relatório. DECIDO.

2. Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim consignou:

Ora sustentou a ré ter devolvido todos os equipamentos à autora, ora que, se alguns se perderam, tal circunstância ocorreu por culpa da própria autora, que não os retirou em momento oportuno. A pretexto da alegação de que teria a ré devolvido todos os equipamentos à autora, bastava a ré ter isso provado (art. 373, II, do CPC), ao passo que a autora demonstrou ter dado a entrada dos equipamentos na empresa ré (fls. 27/77).

Cabia à ré o ônus de comprovar a devolução dos bens acusados na inicial (fls. 27/28 e 45/48), o que não se extrai dos documentos apresentados nos autos (fls. 115 e seguintes), que demonstram somente a retirada de alguns bens antes da realização do acordo judicial (não negado pela autora), que extinguiu a relação jurídica entre as partes.

O acordo foi claro em aferir a existência ainda de bens da autora nas dependências da ré, notoriamente divergentes dos incontroversamente retirados antes da formalização do termo (fls. 115 e seguintes), tendo a prova oral produzida nos autos sido indubitosa, notadamente quanto ao propósito de comprovar que houve a tentativa de retirada dos bens pela autora, ao contrário do alegado pela ré, mas sem êxito, porquanto não foram todos localizados, seja antes da formalização do acordo ou mesmo depois dele.

Da prova testemunhal trazida pela autora soube-se o necessário à procedência do feito, como relatado pelo julgador monocrático, in verbis: [...].

Nesse contexto, indubitosa a obrigação da ré em devolver os equipamentos faltantes à autora, pois não provou tê-lo feito, conforme asseverado monocraticamente, concluindo-se que a r. sentença analisou corretamente todas as questões discutidas nos autos, mediante criteriosa avaliação dos fatos e das provas, de modo a resistir a todas as críticas que lhe foram dirigidas nas razões recursais.

Ao apreciar os embargos de declaração, ainda frisou que:

Em nenhuma omissão incorreu o aresto, que se pronunciou fundamentadamente sobre toda a matéria em debate. Reconheceu incumbir à ré o ônus de comprovar a devolução dos bens acusados na inicial (fls. 27/28 e 45/48), o que não se extraiu dos documentos referidos pela embargante (fls. 115/145), confeccionados antes da realização do acordo entre as partes, que previu claramente a existência de bens da autora na sede da ré, além de sua obrigação em restituí-los.

Assim, não se verifica a alegada vulneração do artigo 489, § 1º, incisos III e IV, do Código de Processo Civil de 2015, por ausência de fundamentação no acórdão, o

qual apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas.

O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão. Ao contrário, verifica-se mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do referido dispositivo e o eventual provimento do recurso nessa parte.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, IV E VI, DO CPC/2015. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. Indicação do dispositivo legal violado. Ausente. Súmula 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

[...].

3. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O recurso especial não pode ser conhecido quando a indicação expressa do dispositivo legal violado está ausente.

6. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1665837/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 23/06/2017) - g.n.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator